

Panorama inconclusivo sobre movimentos feministas e raciais hoje no Brasil

Heloísa Buarque de Hollanda

Já razoavelmente institucionalizados, os movimentos feministas e negros no Brasil ainda não conseguiram prestígio definitivo junto à opinião pública, à academia ou mesmo junto à mídia e à indústria cultural. Nunca é demais repetir que na maioria dos países da América Latina, a "novidade" das reivindicações das minorias sexuais e raciais, certamente, ainda não foram completamente absorvidas pelos discursos *main stream* dos debates políticos e acadêmicos. Pelo contrário, os mitos raciais e sexuais formativos do que poderia ser visto como nossas "identidades culturais", (que só recentemente começam a ser interpeladas pelos novos fluxos democratizantes e por certos movimentos culturais, especialmente os jovens), ainda servem como estabilizadores da ambiguidade discursiva e das várias mitologias que permitiram negar a evidência de uma forte discriminação sexual e racial e ocultar, de forma surpreendentemente eficaz, os mecanismos de controle de fatores multiculturais constitutivos de nossas sociedades.

Do ponto de vista racial, é importante lembrar que, ainda hoje, pode-se verificar a clara dificuldade dos estudos sobre o negro no Brasil em distinguir a especificidade da questão racial em relação aos problemas sociais que marcam as populações de baixa renda, na sua maioria composta por indivíduos de cor negra. Em enfrentar a falta de dados para a avaliação dos índices de discriminação e desigualdades. Bem como a dificuldade de responder às acusações de "movimentos importados", "antibrasileiros" e "conservadores" em relação às demandas e discursos dos movimentos organizados e às ações dos grupos negros e feministas. Sobretudo, a dificuldade em enfrentar a pouco sutil violência retórica que ativistas ou scholars sofrem no dia-a-dia de sua experiência política e acadêmica.

Sem me alongar na exposição dos sintomas de permanência destes índices de reação contra a identificação do racismo e sexismo na América Latina, vou apenas apontar, de forma extremamente sumária, para uma futura discussão, três momentos e/ou estratégias exemplares de definição de políticas dos movimentos de mulheres e negros. Antes de mais nada quero chamar a

atenção para o surpreendente vigor e criatividade destes movimentos em nossos países, levando-se em consideração a reatividade cultural com a qual têm que negociar.

Alguns traços específicos chamam a atenção na constituição destes grupos e na formulação de suas demandas. Um primeiro ponto a ser observado é a total fragilidade das reivindicações relativas aos direitos individuais. Sob o alibi de terem surgido em plena vigência de governos ditatoriais, os movimentos feminista e negro envolvem-se na contestação dos regimes autoritários e na defesa dos direitos humanos e sociais. Entretanto, este aspecto que lhes deu inegável força e alcance político, numa observação mais aguda, revelou-se um sintoma mais estrutural do que conjuntural. Como vários estudos já apontaram (da Matta, Sorj, Rufino e outros), há como que um bloqueio nas demandas das minorias em relação aos direitos individuais. Ainda que a identificação dos intelectuais e dos projetos progressistas com as necessidades dos segmentos mais carentes da população seja um traço característico das políticas dos anos 60, é interessante observar a permanência deste traço na trajetória, por exemplo, dos movimentos feministas. Desde o início, estes movimentos afastam-se das reivindicações que constituíam a agenda do feminismo norte-americano e europeu e concentram-se nas reivindicações do acesso a bens e serviços para as mulheres carentes, incluindo mais tarde, a defesa das questões relativas à saúde e direitos reprodutivos. Ainda que esta postura seja compreensível em países cuja desigualdade social e econômica está longe de ser resolvida, o bloqueio da discussão sobre os direitos individuais das mulheres mostra, em primeiro lugar, como esta discussão ainda não é considerada legítima em nossa cultura política e a necessidade estratégica de "justificar" a própria existência do movimento através da "grandeza" e da "necessidade" de suas bandeiras. Em segundo lugar, evidencia a funcionalidade desta operação em sociedades como a nossa, a meio caminho entre o individualismo liberal e o holismo hierárquico.

Num segundo momento, o da passagem para a normalização democrática, estes movimentos procuraram ocupar espaços no interior do Estado e, neste sentido, obtiveram conquistas interessantes como a criação, no Brasil, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e outros órgãos similares a nível estatal e municipal. A participação destes movimentos no âmbito governamental, bastante ágil num primeiro momento, terminou por enfraquecer-se de forma

substancial, especialmente a partir do final da década de 1980, quando se configuram os projetos de uma política econômica de acento neoliberal e a diminuição da ação do Estado no setor público.

Neste período de transição, sob a égide de políticas de livre-mercado e de consequente intensificação dos conflitos sociais, assiste-se à expansão do conceito de "cidadania" o que estimula a proliferação das ONGs, sem dúvida nenhuma, a forma hoje por excelência de intervenção e "invenção" social. Claramente distintas dos partidos políticos e dos grupos de interesse, as ONGs, organizações de pequeno porte e estrutura administrativa leve, desempenham, nas novas democracias, o papel crucial de promover a interação, em torno de problemas comuns, entre indivíduos e grupos e atores externos como o governo. Em lugar dos grandes projetos de transformação social, as ONGs representam a segmentação da participação política canalizada para milhares de tarefas diferenciadas. Neste sentido, procuram não mais a "revolução", mas projeto cujo objetivo é produzir bens públicos na forma de serviços ou de análises políticas que possam intervir nas políticas públicas. A fonte de poder das ONGs vem dos efeitos estratégicos da informação que possa produzir bem como de sua capacidade de mobilização em momentos específicos. Um exemplo eloquente disso foi a recente Campanha Nacional Contra a Fome, comandada a partir da ONG, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), que conseguiu dramatizar um problema a que os brasileiros já não prestavam mais atenção. Utilizando recursos do espetáculo, competentes na utilização dos canais mass-mediáticos, defendendo a eficiência gerencial e marcando um espaço desburocratizado e diferenciado da "corrupção do Estado Latinoamericano", as ONGs, como se costuma dizer, representam entre nós a "profissionalização" dos movimentos sociais.

Por outro lado, é importante lembrar que as ONGs foram um dos poucos dutos de financiamento externo que se mantiveram desobstruídos no Brasil da recessão, permitindo o desenvolvimento dos trabalhos de grupos ligados aos problemas da sociedade civil.

O último levantamento realizado no Brasil, mostra a existência de mais de 5.000 ONGs ativas - o dobro de dois anos atrás - que administram, juntas, aproximadamente 700 milhões de dólares, valor maior que o produto interno bruto de vários estados da União. Estima-se que 8 em cada 10 dólares que entram nos cofres destas entidades são doações estrangeiras.

Destas organizações, 40% trabalham com ecologia; 17% com movimentos populares; 15% com direitos da mulher; 11% com negros e preconceito racial; 6% com crianças carentes; 3% com prevenção e tratamento AIDS; 1% com índios; 7% com outras.

80.000 brasileiros trabalham em ONGs, dos quais 87% tem curso universitário; 76% vivem do trabalho na ONG; 25% são padres ou religiosos; 17% foram presos pelo regime militar, 14% se diziam marxistas nos anos 70.

Estes dados reforçam o argumento do deslocamento da militância para as novas formas de participação representadas pelas ONGs que começam a absorver inclusive os núcleos de pesquisa e produção de conhecimento que ainda encontram resistência e desconforto em sua implantação nas Universidades e espaços oficiais. Neste sentido, um importante fator de proteção para a ampliação da pesquisa e da militância com as "minorias" é sua internacionalização através das redes multinacionais das ONGs e seu impacto constante sobre a opinião pública mundial. Aqui globalização é o fator mais crucial: a queda das barreiras ideológicas e do protecionismo econômico e a explosão dos meios de comunicação via satélite apresentam como um de seus resultados mais visíveis uma opinião pública de caráter internacional interessada em temas como ecologia e direito das minorias. Hoje, os negros brasileiros mantêm intercâmbio com o movimento negro americano e são diretamente influenciados por ele, enquanto as ONGs dedicadas às tarefas mais variadas recebem ajuda financeira de suas equivalentes no primeiro mundo. A diversidade das ONGs que trabalham a questão da mulher também é curiosa. Das clássicas questões da saúde, violência e geração de renda em mulheres de classes pobres, passando pelos estudos feministas sobre teologia e chegando ao apoio de grupos musicais rap, como faz O Instituto da Mulher Negra de São Paulo, as ONGs estão conseguindo *enhance a performance* dos novos governos democráticos e tornando-se importantes fatores instrumentais na produção de valores conducive to democracy.